

AS POLÍTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS BRASILEIROS

José Geraldo Silveira Bueno

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
jotage@pucsp.br

Silvia Márcia Ferreira Meletti

Universidade Estadual de Londrina
spmeletti@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as políticas atuais de escolarização de alunos com deficiência na educação infantil, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, divulgados pelo INEP, no período entre 2007 e 2009, em relação à distribuição das matrículas entre creche e pré-escola, tipo de escolarização e de deficiência. Os achados principais foram: baixa incidência das matrículas de alunos com deficiência, hegemonia dos sistemas segregados sobre os inclusivos e maior concentração das matrículas nas pré-escolas, levando-nos a concluir que esses problemas afetam não somente a qualidade de ensino da educação infantil, mas todo o processo de escolarização dessa população.

Palavras-chave: política educacional; educação infantil; alunos com deficiência

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as políticas atuais em relação à escolarização de alunos com deficiência na educação infantil, por meio de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação. Para tanto, levantamos e analisamos os dados de matrículas nessa etapa de ensino

Para tanto, restringimos o período de análise de 2007 a 2009. O ano inicial foi delimitado por ter sido aquele imediatamente anterior ao estabelecimento do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil. (Brasil. MEC. SEESP, 2008), implementado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, em 2008. O ano final do levantamento foi 2009 porque são os mais atuais do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. MEC. INEP, 2009).

Nosso intuito foi o de verificar até que ponto essa política tem influenciado os caminhos percorridos pela educação infantil em relação aos alunos com deficiência, já que, em trabalho anterior (Bueno & Meletti, no prelo), pudemos constatar que houve um aumento de 58% nas matrículas de educação especial na educação básica, no período entre 2000 e 2009 (de 382 mil matrículas para 604 mil)

Como a educação infantil tem sido considerada como um momento fundamental para os processos de aprendizagem e de socialização da criança, assim como uma série de estudos indicam que esta é a fase ideal para que alunos com deficiência sejam incorporados à escola no sentido

do favorecimento de seu desenvolvimento e aprendizagem, justifica-se a análise dos indicadores educacionais relativos à evolução de matrículas nessa etapa de ensino e nesse período.

EDUCAÇÃO INFANTIL E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A importância da educação infantil tem sido bastante enfatizada nas últimas décadas. Tanto é assim que o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001) afirmava que:

A educação das crianças de zero a seis anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação dos seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança. Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há “janelas de oportunidade” na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada.

Esta perspectiva não foi, no entanto, inaugurada com as políticas deste século, pois ainda na *década de 1970, nos grandes centros urbanos intensificou-se a reivindicação popular por creches através das lutas promovidas pelos novos movimentos sociais [que] resultaram no aumento do número de creches organizadas e mantidas pelo poder público.* (Mello, 2010, p. 3)

Em publicação hoje, clássica sobre a educação infantil, Kramer (1987, p. 47) enfatizava a importância da educação infantil, alertando que se deveria *partir daquilo que a criança conhece e domina, não dos conteúdos que lhe faltam; partir do que ela é, e não do que ela não é.*

Foi, porém, com o Plano Nacional de Educação que se fixou a meta, ao final dos dez anos de sua vigência, de ampliação da oferta de educação infantil para “50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.” (Brasil, 2001)

Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não tenha divulgado dados mais específicos do Censo 2010, pelas informações disponíveis pode-se estimar a população de 0 a 5 anos em aproximadamente 16 milhões. Se, em 2009, a população desta faixa etária atendida pela educação infantil era de cerca de 6,8 milhões, verifica-se que apenas 42,5% teve acesso a essa etapa de ensino, muito abaixo da previsão.

De qualquer forma, avançamos de um total de pouco mais de 900 mil matrículas em 2000, nessa etapa de ensino, para 6,8 milhões, ou seja, mais de sete vezes numa década.

Mesmo assim, em trabalho publicado no presente ano, Corsino & Nunes (2010, p. 1) reclamam de uma política de educação infantil que ofereça *atendimento educacional de qualidade, com professores habilitados, escolas com condições físicas adequadas à faixa etária, currículos formulados a partir de uma concepção de criança que a perceba na sua integralidade e não apenas como aluno*, ou seja, parece que não conseguimos atingir nem as metas quantitativas, nem as qualitativas.

Por outro lado, a importância ainda maior da educação infantil para alunos com deficiência tem sido reiterada pela quase unanimidade dos especialistas.

Mazzotta (1982, p. 29), ainda na década de 1980, reiterava a *importância da educação pré-escolar para toda e qualquer criança* e acrescentava:

Assim, cabe-me apenas salientar que a criança com necessidades educacionais, em razão de deficiências orgânicas ou ambientais, deve ter o máximo de oportunidades para usufruir dos serviços comuns de educação pré-escolar, ainda que para isto ela possa necessitar de alguns auxílios especiais.

Na década de 1990, os estudos desenvolvidos por Santos (1991) e por Kortmann (1997) reafirmavam a importância de se iniciar os processos de reabilitação e de educação de crianças com deficiência na primeira infância, com ênfase na formação de profissionais da educação e da saúde e na orientação de familiares. Além disso, ressaltavam a necessidade da inserção de crianças com deficiência na educação infantil como fortalecimento de sua condição de desenvolvimento.

Esse discurso vem se mantendo ao longo das décadas, como comprova a afirmação de Bruno (2008) de que *a educação infantil torna-se espaço privilegiado para lidar com a diversidade, diferenças culturais, sociais, bem como para combater a situação de desigualdade e exclusão em que viviam as crianças com deficiência*.

Da mesma forma, Martins (2009, p. 64), referindo-se especificamente às crianças com síndrome de Down, assevera que *uma experiência positiva de inclusão desde a fase pré-escolar é importantíssima na sua formação e integração social*.

Assim, parece não haver dúvidas de que uma das formas de se garantir uma inclusão de qualidade de alunos com deficiência no ensino regular é a de que ela ocorra o mais precocemente possível, ou seja, na educação infantil.

Nesse sentido, vale a pena verificar como se deu a evolução das matrículas de alunos com deficiência em escolas de educação infantil, no período que vai desde um ano antes da implantação da política atual (Brasil MEC. SEESP, 2008), até o ano de 2009, último em que os dados do INEP estão disponíveis.

OS INDICADORES DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tal como afirmamos acima, a fonte dos dados colhidos para este trabalho foram as informações divulgadas pelo INEP, por meio dos Censos Escolares de 2007, 2008 e 2009 (Brasil. MEC. INEP, 2007, 2008 e 2009)

De toda a massa de dados disponíveis, restringimos a nossa coleta às matrículas de alunos com deficiência na educação infantil, procurando verificar a sua incidência em relação à matrícula global, ao tipo de escolarização oferecido em geral e ao tipo de deficiência (visual, auditiva, física e intelectual).

Restringimos nosso foco às chamadas “deficiências clássicas” por duas razões fundamentais: as classificações de outras categorias (como os distúrbios globais de desenvolvimento) sofreram modificações constantes o que impediu a sua classificação e organização ao longo do período; a segunda, porque temos dirigido nossos focos de análise para essas deficiências, por considerar que aqui se expressa, de forma mais precisa, as contradições e ambigüidades das políticas educacionais em ação.

Os dados referentes às matrículas em geral na educação infantil e dos alunos com deficiência estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Matrículas de alunos em geral e com deficiência na educação infantil

Ano	Total	Índice	Alunos com Deficiência	Índice	%
2007	6 583 906	100	78 959	100	1,19
2008	6 785 000	103	93 342	118	1,37
2009	6 783 227	103	74 528	094	1,09

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Analisando os dados da tabela, constata-se que a evolução das matrículas de alunos com deficiência não acompanha a evolução das matrículas gerais, pois enquanto esta última apresenta uma tendência crescente, com variação mínima entre 2008 e o pequeno refluxo de 2009 (mas neste último ano superando às do ano base), as dos alunos com deficiência apresenta crescimento superior em 2008, mas uma queda surpreendente de 6% em 2009, em relação ao ano base.

Em segundo lugar, vale a pena destacar os índices muito baixos em relação às matrículas totais (última coluna), cuja média dos três anos não chega a 1% das matrículas totais. Se consideramos que apenas 42,5% da população estimada de 0 a 6 anos está inserida na educação infantil, pode-se afirmar que os índices de atendimento de alunos nessa etapa de ensino está abaixo de 0,5% da demanda total de vagas. Se cotejarmos esse índice com os da prevalência de deficiência indicados pela Organização Mundial de Saúde (10% da população), pode-se estimar em mais de um milhão a demanda de alunos com deficiência não atendida nesta etapa da educação básica.

Os dados sobre a distribuição das matrículas entre creche e pré-escola estão dispostos na tabela 2:

Tabela 2: Matrículas de alunos com deficiência em creche e pré-escola
(2007 a 2009)

Ano	Creche	Índice	%	Pré-escola	Índice	%	Total
2007	20 878	100	26,5	58 081	100	73,5	78 959
2008	23 437	112	25,1	69 905	120	74,9	93 342
2009	19 079	091	25,6	55 449	096	74,4	74 528

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Verifica-se, em primeiro lugar, uma alta concentração das matrículas na pré-escola, atingindo praticamente $\frac{3}{4}$ do total e pequena incidência nas creches (em torno de 25%), o que demonstra que a grande maioria desse alunado só consegue inserção escolar após completar quatro anos de idade, perdendo, assim, excelente oportunidade para seu desenvolvimento e aprendizagem.

As tendências de matrículas nas creches e pré-escolas, no período, têm formato semelhante, de incremento em 2008 em relação ao ano base, mas de decréscimo em 2009, com números inferiores ao ano base.

Esses dados não são suficientes para discutirmos os motivos de tal redução, mas, mesmo assim, é possível destacar que, a despeito da ênfase dada pela literatura especializada da área sobre a importância de se atender pessoas com deficiência desde a mais tenra idade, o que ocorreu foi a redução do número de alunos com deficiência na educação infantil.

Se a ampliação do ensino fundamental para nove anos pode ter sido um elemento importante para a redução das matrículas na pré-escola, já que os alunos com seis anos foram incorporados por aquela, a queda mais acentuada, em 2009, das matrículas em creche não pode ser a ela atribuída.

A distribuição das matrículas em creches segundo o tipo de escolarização está descrita na Tabela 3.

Tabela 3: Matrículas de alunos com deficiência na creche, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	Índice	%	Total
2007	2 694	12,9	100	18 184	100	87,1	20 878
2008	5 293	22,6	196	18 144	099	77,4	23 437
2009	5 504	28,8	204	13 575	075	71,2	19 079

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Cabe destaque, em primeiro lugar, ao percentual elevadíssimo de matrículas de alunos com deficiência em sistemas segregados, apesar da redução sensível no ano de 2009. Verifica-se, portanto que, de cada 10 crianças com deficiência matriculadas na creche, quase nove eram absorvidas por sistemas segregados, em 2007, número que se reduziu para pouco mais de sete, em 2009.

Além disso, é de se estranhar que a ampliação de matrículas nas creches regulares, em 2008, não implicou em diminuição da quantidade nos sistemas segregados, o que só ocorreu em 2009. Assim, de um lado, a ampliação das matrículas nas creches regulares em 2008 não representou redução nas das especiais e, de outro, a redução de mais de quatro mil matrículas de alunos com deficiência, de 2008 para 2009, parece não ter explicação plausível, já que, no ano da grande ampliação nas creches regulares, o número de matrículas nas especiais sofreu pequena redução (40).

Por fim, o aumento significativo de matrículas em creches regulares (mais que o dobro em 2009 em relação ao ano base) representou menos de três mil, em números reais, o que pode ser considerado insignificante em relação à população na faixa etária de 0 a 3 anos.

A Tabela 4 apresenta as matrículas de alunos com deficiência na pré-escola, por tipo de escolarização.

Tabela 4: Matrículas de alunos com deficiência na pré-escola, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	%	Índice	Total	Índice
2007	11 541	19,9	100	46 540	80,1	100	58 081	100
2008	22 310	31,9	193	47 595	68,1	102	69 905	120
2009	21 278	38,4	184	34 171	61,6	073	55 449	095

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Apesar da queda acentuada de matrículas nos sistemas segregados (mais de 18% no triênio) e conseqüente incremento nas pré-escolas regulares, as matrículas de alunos com deficiência na pré-escola em espaços segregados de ensino continuaram sendo a maioria.

Entretanto, o decréscimo ocorrido no último ano nas matrículas em pré-escolas especiais e o incremento nas regulares (27% nas primeiras em relação ao ano base, contra praticamente incremento de mais de 18,5% nas regulares) parece representar uma nova tendência: a de inclusão de alunos no ensino regular.

O fato, porém, de um grande incremento das matrículas nos sistemas especiais em 2008, com queda abrupta em 2009 representou uma redução de apenas 5% das matrículas totais, em relação ao ano base. Ou seja, enquanto as matrículas nas pré-escolas regulares sofreram um crescimento de pouco menos de dez mil, as das pré-escolas especiais apresentaram redução de cerca de duas mil e seiscentos, o que parece mostrar que o crescimento nas regulares não foi

decorrente da migração de matrículas das pré-escolas especiais, pelo menos na sua totalidade.

Esta configuração das matrículas na educação infantil pode ser mais detalhada ao cotejarmos os dados gerais com diferentes tipos de deficiência, o que será apresentado a seguir.

Antes disso, porém, vale a pena analisar a distribuição geral das matrículas na educação infantil por tipo de deficiência (Tabela 5).

Tabela 5: Matrículas na educação infantil, por tipo de deficiência (2007/2009)

Ano	DV	%	DA	%	DF	%	DI	%	Total	%
2007	5339	8,3	5439	8,5	8131	12,6	45400	70,6	64309	100
2008	4790	7,2	5355	8,0	10165	15,3	46334	69,5	66644	100
2009	4349	7,5	4096	7,0	9886	16,9	40088	68,6	58419	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Verifica-se, em primeiro lugar, que a distribuição percentual por deficiência não sofreu grande variação no triênio: a mais acentuada foi a da deficiência física, de 2007 para 2008, de duas mil matrículas. As demais apresentaram distribuição relativamente semelhante nos três anos: as deficiências visual e auditiva por volta de 7 a 8% e a da deficiência intelectual, de 70%.

A segunda constatação refere-se ao peso que a deficiência intelectual exerce, concentrando praticamente 70% das matrículas totais nos três anos o que, com certeza, influi na distribuição total entre ensino segregado e ensino regular, que pode ser distinta em relação às outras deficiências, análise que faremos a seguir.

A Tabela 6 apresenta as matrículas de alunos com deficiência visual na educação infantil, por tipo de escolarização.

Tabela 6: Matrículas de alunos com deficiência visual na educação infantil, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	%	Índice	TOTAL	Índice
2007	3438	64,4	100	1901	35,6	100	5339	100
2008	3112	65,0	091	1678	35,0	088	4790	090
2009	3090	71,1	090	1259	28,9	066	4349	081

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Verifica-se, em primeiro lugar, que as matrículas de alunos com deficiência visual entre sistemas regulares e especiais apresentam tendências opostas às das deficiências em geral, pois que, em todos os anos, as dos sistemas regulares foram muito mais elevadas que a dos sistemas segregados.

Por outro lado, apesar desse fato, não se pode desconsiderar que, mesmo no ano de menor incidência, perto de 40% desses alunos frequentavam escolas especiais de educação infantil, quando se sabe que esses alunos não têm qualquer impedimento para frequentar sistemas regulares, desde que lhes sejam oferecidos os apoios necessários.

Aqui encontramos um dado surpreendente: as matrículas de alunos com deficiência visual sofreram queda tanto no geral quanto nos sistemas regulares e segregados de ensino, sendo mais acentuada nesses últimos do que nos primeiros: queda de 34% nas matrículas das escolas especiais de educação infantil contra 10% das regulares. Entretanto, não há qualquer informação dos sistemas de saúde de que, nesse período, tenha ocorrido redução significativa na incidência da deficiência visual o que nos leva a indagar: onde estão essas crianças?

A Tabela 7 apresenta as matrículas de alunos com deficiência auditiva na educação infantil, por tipo de escolarização.

Tabela 7: Matrículas de alunos com deficiência auditiva na educação infantil, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	%	Índice	Total	Índice
2007	2257	41,5	100	3182	58,5	100	5439	100
2008	2645	49,4	117	2710	50,6	085	5355	098
2009	2381	58,1	105	1715	41,9	054	4096	075

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

Assim como na deficiência visual, as matrículas de alunos com deficiência auditiva na pré-escola sofreram redução significativa no período, com peso maior das matrículas nos sistemas segregados, da ordem de 46% em 2009, em relação ao ano base, e com tendência decrescente em todo o período. Já as matrículas nas escolas regulares de educação infantil tiveram incremento em 2008 em relação ao ano anterior, mas com queda em 2009, mas que foram superiores, ainda, às do ano base.

Dado significativo refere-se à distribuição percentual de matrículas entre escolas regulares e especiais de educação infantil, que praticamente se inverteu no triênio: nas especiais, de 58,5% em 2007, para 41,9%, em 2009; nas regulares, de 41,5% em 2007 para 58,1% em 2009.

Por fim, cabe aqui também indagar a respeito da redução do número total de matrículas no período, da ordem de mil e trezentos alunos: para onde foram esse alunos?

As matrículas de alunos com deficiência física na educação infantil, por tipo de escolarização estão dispostas na Tabela 8.

Tabela 8: Matrículas de alunos com deficiência física na educação infantil, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	%	Índice	Total	Índice
2007	4043	49,7	100	4088	50,3	100	8131	100
2008	5817	57,2	144	4348	42,8	106	10165	125
2009	6484	65,6	160	3402	34,4	083	9886	122

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

No caso dos alunos com deficiência física temos uma situação distinta das apresentadas anteriormente, já que se observa tendência de crescimento nas matrículas das escolas regulares de educação infantil e de decréscimo nas especiais, apesar de um pequeno crescimento percentual dessas últimas no ano de 2008 (6%).

Esta também é a primeira vez em que o decréscimo das matrículas nos sistemas especiais é compatível, numericamente, com o incremento nos sistemas regulares, já que estes últimos absorveram mais de dois mil e quatrocentos alunos em 2009, em relação ao ano base, enquanto que o decréscimo das matrículas nos sistemas especiais não chegou a setecentos.

Por fim, a tendência de incremento de matrículas na educação regular foi, também, mais forte que as das duas deficiências anteriores, atingindo praticamente um terço da população atendida.

A Tabela 9 apresenta as matrículas de alunos com deficiência intelectual na educação infantil, por tipo de escolarização.

Tabela 9: Matrículas de alunos com deficiência intelectual na educação infantil, por tipo de escolarização (2007 a 2009)

Ano	Regular	%	Índice	Especial	%	Índice	Total	Índice
2007	8545	18,8	100	36855	81,2	100	45400	100
2008	8785	19,0	103	37549	81,0	102	46334	102
2009	9817	24,5	115	30271	75,5	082	40088	088

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2007, 2008 e 2009

A primeira observação a fazer refere-se ao impressionante índice de alunos com deficiência intelectual inseridos em sistemas segregados durante todo o período: entre 75,2% e 81,2%. Portanto, dado o peso da quantidade de matrículas de alunos com essa deficiência, verifica-se que a manutenção de elevado número delas em escolas especiais de educação infantil se deve, preponderantemente, pelo peso que a deficiência intelectual exerce.

Sendo voz corrente entre especialistas e estudiosos da deficiência intelectual de que esta é uma etapa de ensino compatível com a sua inclusão em sistemas regulares, já que os níveis de exigência acadêmicos menos são acentuados do que nas etapas posteriores da educação básica e que o problema da inclusão desses alunos se agrava na medida em que progridem para outras etapas da educação básica, temos aqui um paradoxo a ser melhor examinado em pesquisas futuras.

A distribuição das matrículas por tipo de escolarização não acompanha a tendência do triênio descrita anteriormente. Se no caso das outras deficiências há, no final do período, uma prevalência de matrículas no sistema regular de ensino, com a deficiência intelectual o que predomina são as matrículas em escolas especiais, contabilizando no triênio uma média de 79,2% do total. Em relação ao ano base (2007) temos em 2008 um crescimento de 1,9% do número de

matrículas e, em 2009, um decréscimo de -17,9%. Ainda assim, no último ano do triênio, a escola especial era responsável pelas matrículas de 75,5% dos alunos com deficiência intelectual.

Já na escola regular pode ser constatado um aumento ano a ano das matrículas, mesmo que represente, em média, a apenas 20,7% do total. Se comparados os anos de 2008 e de 2009 ao ano base, teremos que no primeiro há um acréscimo de 2,8% e, no segundo, um aumento de 14,9% do total de matrículas de alunos com deficiência intelectual na educação infantil. Destaca-se o fato de tais índices confirmarem a hegemonia das escolas especiais no atendimento à pessoa com deficiência intelectual no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre matrículas apresentados e analisados acima poderiam ser consolidados sob muitos aspectos, mas vamos nos cingir a três deles: a baixa incidência das matrículas de alunos com deficiência na educação infantil, a manutenção da hegemonia dos sistemas segregados sobre os inclusivos e a distribuição das matrículas entre creche e pré-escola.

Os achados acima apresentados permitem que afirmemos, em primeiro lugar, a pouca relevância que as políticas educacionais voltadas para alunos com deficiência têm dado à educação infantil, expressa pelo número reduzido de matrículas em relação às estimativas de incidência.

Isto é, apesar do grande incremento de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular nos últimos dois anos, ela expressa uma perspectiva política que se volta, basicamente, para o ensino fundamental.

Os percentuais de alunos matriculados na educação infantil estão muito aquém das estimativas nacionais e internacionais e, mais que isso, nos três anos pesquisados apresenta tendência de diminuição. As matrículas de alunos com deficiência, com média abaixo de 1% das matrículas totais nessa etapa de ensino, mostram o quanto falta para a extensão do direito à educação infantil para essa população.

Se se reconhece o valor da educação infantil para todas as crianças e, mais ainda, para aquelas com deficiência, a ênfase de absorção desses alunos centrada no ensino fundamental parece expressar um paradoxo, expresso por um conjunto enorme de pesquisas que têm evidenciado as dificuldades que esse processo tem enfrentado.

Essa situação fica ainda mais complexa, quando se constata que 99% das matrículas em educação infantil se concentram nas redes municipais (73%) e privada (26%) de ensino (Brasil. MEC. INEP, 2009), redes essas muito díspares e distintas que vão desde sistemas municipais ou instituições particulares com estrutura bastante adequada até redes e instituições precaríssimas, com propostas educacionais que expressam princípios muito diferentes.

Nesse sentido, uma das formas possíveis de incremento é o estabelecimento de políticas federais que induzam a ampliação de matrículas de alunos com deficiência nas creches e pré-escolas, tal como se fez com as políticas de indução da inclusão desses alunos no ensino fundamental, especialmente a partir de 2008.

Este nos parece ser um aspecto fundamental para a melhoria da qualidade dos processos de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular pois a concentração dos esforços em alunos do ensino fundamental, deixa de lado etapa da vida e processo de escolarização fundamentais para o aproveitamento escolar desses alunos.

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito à disseminação de visão que, no caso da educação infantil não corresponde à realidade: a de que a inclusão escolar de alunos com deficiência é atualmente hegemônica, com tendência irreversível para ampliação.

Tanto nas creches quanto na pré-escola, embora com tendência crescente de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, estamos longe de torná-la hegemônica: o melhor índice alcançado nas creches foi referente a 2009, quando se chegou a 28,8% do total de matrículas, ou seja, de cada dez matrículas, sete foram efetivadas em sistemas segregados. O índice de matrículas de alunos com deficiência em pré-escolas regulares é um pouco melhor, mas, mesmo assim, de cada dez alunos matriculados, seis foram absorvidos por sistemas segregados.

Se nos reportarmos aos diferentes tipos de deficiência, verificaremos que mesmo aquelas em que há praticamente consenso sobre a viabilidade da inclusão, como a deficiência visual, os índices de matrículas desses alunos nos sistemas segregados de educação infantil gira em torno de 30%.

Paradoxalmente, apesar da vertente teórica e política que defende a manutenção de escolas para surdos, baseada na perspectiva que os caracterizam como comunidade lingüística, que hoje parece hegemônica no país, os índices percentuais mostram tendência crescente da inclusão desses alunos no ensino regular.

As matrículas de alunos com deficiência física seguem essa mesma tendência, mas como esta é uma categoria que reúne quadros clínicos extremamente diversificados, caberia uma análise mais acurada para se verificar quais os tipos de deficiência física que têm sido privilegiados nos processos de inclusão.

Sobre esse aspecto, os índices de inclusão de alunos com deficiência intelectual são os mais expressivos. Há toda uma luta teórica em torno das possibilidades de inclusão desse alunado, principalmente em relação à apropriação do conteúdo acadêmico.

No entanto, poucos são aqueles que criticam a inclusão na educação infantil exatamente porque aqui os níveis de exigência acadêmicos são menos acentuados. O que constatamos, porém, é que os índices de matrículas em sistemas segregados de educação infantil são muito mais elevados em relação às demais deficiências, sendo que, no ano mais favorável (2009), de cada dez alunos matriculados nessa etapa de ensino, mais de sete estavam em sistemas segregados.

Esses dados mostram que tanto os políticos quanto os estudiosos da educação especial precisam ser mais prudentes quando afirmam que a inclusão é hoje o processo hegemônico de escolarização de alunos com deficiência, com base somente nos dados globais da educação básica como um todo.

O terceiro aspecto diz respeito à distribuição de matrículas de alunos com deficiência entre creche e pré-escola.

A maior concentração das matrículas na pré-escola, com cerca de 75% do total, expressa certa desconsideração em relação ao trabalho a ser realizado com essas crianças desde tenra idade.

A totalidade dos estudos sobre desenvolvimento de crianças com deficiência, especialmente aqueles vinculados à área de saúde, consideram os anos iniciais de vida como fundamentais para a superação de dificuldades específicas geradas pela deficiência. Tanto é assim que, em todas as áreas da deficiência, se recomenda a implementação de estimulação precoce ou essencial, voltada para crianças com idade inferior a três anos.

Os baixos índices de matrículas na creche, nesse sentido, implicam não somente na falta de oportunidades educacionais para estas crianças, mas um descompasso entre as políticas de saúde e as de educação.

Pelos argumentos acima, cabe aqui um alerta final: se quisermos, efetivamente, aprimorar os processos inclusivos de educação para alunos com deficiência, com busca crescente da melhoria da qualidade de ensino, não podemos manter esses níveis, tanto de escolarização quanto de inclusão escolar, na educação infantil, sob a pena de mantermos aquilo que tanto temos criticado: a simples absorção desses alunos para melhoria dos índices estatísticos, mas sem a necessária qualidade que contribua para a construção de sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Lei Nº 10.172 , de 9 de janeiro de 2001**, que aprovou o Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 21/12/2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2008**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 21/12/2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2009**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 21/12/2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC. SEESP, 2008.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. **AmbienteEducação**, v. 1, n. 2, p. 57, 2008

- BUENO, José Geraldo Silveira Bueno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil – 2000/2009. In: BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: 20 anos depois**. São Paulo, EDUC, no prelo.
- CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. **Anais da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**. Caxambu, ANPEd, 2010.
- KORTMANN, Gilca Maria Lucena. **Estimulação precoce e a síndrome de Down: desenvolvimento da criança e relações familiares**. Porto Alegre, UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 1997.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro, Dois Pontos. 1987.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down: o que pensam os educadores**. Natal, EDUFRN, 2009.
- MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo, Pioneira, 1982.
- MELLO, Débora Teixeira de. **Educação e cuidado em creches pós - LDB 9394/96: o projeto fundo do milênio para a primeira infância e a mesa educadora como proposta pedagógica**. Disponível em: <em <http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2007/artigos/pedagogia/260.pdf>>. Acessado em: 17/12/2010.
- SANTOS, Maria da Gloria Schaper dos. **Lúdico, isto é sério: uma constatação sobre as experiências lúdicas das crianças**. Rio de Janeiro, UERJ, Dissertação de Mestrado, 1991.